



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

86ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

1
2
3 A Octogésima Sexta Reunião do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no Auditório
4 da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Avenida Borges de Medeiros,
5 261, 15º andar - Porto Alegre - RS, no dia vinte de julho do ano de dois mil e dezesseis,
6 às quatorze horas. Compareceram os Conselheiros: Maria Patrícia Mollmam – SEMA –
7 Presidência; Sandro Schlindwein – Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação –
8 representante; Margareth Vasata Macchi Silva – Secretaria do Planejamento e
9 Desenvolvimento Regional – representante; Viviane Corteletti – Secretaria de Minas e
10 Energia – representante; João Bonzanini – Secretaria do Desenvolvimento Econômico,
11 Ciência e Tecnologia – representante; Comitê Passo Fundo: Cladir Luiz Alves - titular;
12 Comitê Tramandaí: Dilton de Castro - titular; Comitê Camaquã: Renato Zenker - titular;
13 Comitê Taquari Antas: Julio Salecker - titular; Comitê Baixo Jacuí: Mário Damé – titular;
14 Comitê Turvo: Marco P. Scherer – titular; Comitê Lagoa Mirim: André Oliveira – titular.
15 Ausentes: Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação; Secretaria dos Transportes e
16 Mobilidade; Secretaria da Saúde; Casa Civil; Sistema Nacional de Meio Ambiente;
17 Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Demais Presentes: Leonila Ramos – Comitê
18 Mampituba; Leda Famer – Comitê Litoral Médio; Sérgio Cardoso - Comitê Gravataí;
19 Roberto D. Carvalho – Comitê Santa Maria; Eldo Frantz Costa – Comitê Santa Maria;
20 Norine Iara Paloski – Comitê Gravataí; Scheila Hollueg – Comitê Vacacaí; Alexandre
21 Swarowsky – Comitê Vacacaí; Ivo Melo – Comitê Ibicuí; Luciano Alegre – Comitê Butuí e
22 Icamaquã; Simonia Oliveira – Comitê Várzea; Josimar Noschaidler – Comitê Alto Jacuí;
23 Daiane Bittencourt – Comitê Baixo Jacuí; Vladimir Ribas – Comitê Turvo Santa Rosa
24 Santo Cristo; Rafael Eckert – SEMA; Sandro Fontoura – SEAPI; Adolfo Klein – Comitê
25 Sinos; Kelli Andrade – Comitê Lago Guaíba; Alberto Becker – SSP. A presidente
26 Secretária Maria Patrícia saúda a todos e dá início à reunião. A presidente Maria Patrícia
27 Mollmann inicia a reunião; boa tarde, vamos iniciar a nossa reunião de nº 86. Temos aqui
28 na parte das comunicações uma previa do orçamento e depois vou dar uma notícia do
29 ZEE, para ver como se conduz. Patrícia Moreira Cardoso - Secretária Executiva do FRH
30 comunica, como informe, de que modo vão se encaminhar as questões do Fundo para
31 ano de 2017. Tivemos um retorno da SEPLAN do estado que no início de agosto vai ser
32 deliberado uma estimativa de receita para ser feito um rateio entre as Secretarias de
33 estado, então o CRH vai utilizar de suas competências e fazer as convocações para a
34 Câmara Técnica do Fundo, no qual os representantes mais as secretarias de estado que
35 utilizam os recursos do fundo, delimitarem seus projetos. As câmaras técnicas, já estão
36 se organizando e suscitando suas demandas em relação ao fundo; então os projetos
37 serão das secretarias de estado e mais as demandas dos comitês. Nós já tivemos retorno
38 da Câmara Técnica da Região do Uruguai, e já consta também um retorno da câmara
39 técnica da região do Guaíba e nos falta um retorno da Câmara Técnica da Região
40 Litorânea que, segundo o Tiago Corrêa, do Comitê Tramandaí, vai se reunir amanhã para
41 as tratativas. Então, a princípio de agosto entraremos em contato com vocês para
42 agendarmos nossas reuniões. Apresentou a resposta da SEFAZ sobre a
43 responsabilidade de liberação dos recursos, qual o fluxo deveria ser observado para
44 utilização dos recursos FRH, quais os critérios para liberação das cotas e qual a
45 destinação dos recursos que não eram utilizados no orçamento e em relação ao
46 direcionamento ao caixa único do estado. Nós recebemos um retorno da SEFAZ datado
47 de 19/05 e chegando no CRH recentemente. O técnico da Fazenda cita o Decreto
48 Estadual de maio/2016 que estabelece cotas de custeio, recurso que se consegue
49 apropriar para execução pelos órgãos envolvidos no rateio do fundo, mais a resolução
50 JUNCOF/2016 que normatiza as execuções da despesa orçamentária. Ele faz uma
51 ressalva que as cotas são estabelecidas conforme diretrizes de limitação de empenho da
52 lei de responsabilidade fiscal, objetivando o atingimento das metas fiscais destinadas na



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

53 lei de diretrizes orçamentarias; não esqueçam que o fundo está vinculado ao plano
54 plurianual, à lei de orçamento anual. Então ela não está isolada dentro do contexto maior
55 do estado. Ela tem que ser regida pelas diretrizes em nível orçamentário e pela Lei
56 Camata, de responsabilidade fiscal, segundo a secretaria da fazenda. Então ele passa a
57 informar o trâmite: a partir da publicação é necessário que o órgão controlador das cotas,
58 que são as Secretarias que a utilizam enviem uma SRO para Divisão de Programação
59 Orçamentária, e cabe a essa divisão a análise e liberação da SRO, dentro dos
60 parâmetros estabelecidos pela resolução da JUNCOF. Cabe aos utilizadores das cotas
61 gerenciarem e apontar quais projetos e políticas que serão priorizadas em seu uso. O
62 valor se encontra depositado em conta corrente específica no sistema integrado de
63 administração de caixa do estado do RS, e os recursos não utilizados são contabilizados
64 no Passivo Potencial, isto é, na primeira parte esta falando do Decreto do SIAC e na
65 parte do Passivo Potencial, que é aquele que a Lourdes vem nos repassando a cada
66 reunião da CTPA em relação à informações da conta investimento do Banrisul. Secretária
67 Maria Patrícia esclarece sobre se o orçamento pode ser feito sobre o saldo do Passivo
68 Potencial, que se deve focar principalmente sobre o apoio técnico das agências porque
69 enquanto não se tiver outros aportes, não é o mais importante na questão do fundo.
70 Patrícia Cardoso: primeiro que o Fundo é um recurso estadual independentemente da
71 origem de sua composição então tem que respeitar os preceitos da lei responsabilidade
72 fiscal. Isso está na informação da PGE e é ressaltado pelo retorno da secretaria da
73 fazenda. Segundo: o que Presidente Maria Patrícia Mollmann vem trazendo, em cima do
74 que já é liberado, qual a nossa capacidade de execução? A partir do momento que temos
75 liberação de cota, temos capacidade operacional de execução? Para que no ano
76 seguinte, a fazenda a libere na média de liquidação do empenho, nós conseguimos
77 pagar? O segundo estágio, digamos que a Fazenda libere o orçamento do ano vigente,
78 considerando a entrada dos recursos, para acessar dos anos anteriores, feito por
79 suplementação, mas ninguém consegue suplementar se não se consegue executar.
80 Presidente Maria Patricia Mollmann, precisamos tratar de uma forma administrativa de se
81 tratar, falando sobre os convênios de manutenção não serem a maneira correta de se
82 fazer, tratando de questões mínimas então temos que discutir a questão principal em
83 pauta, sob pena de trancar os convênios. E sobre a implantação das Agências, então
84 temos que ver os vários modelos que foram discutidos no seminário. Na assembleia o PL
85 virou objeto de outros assuntos para o que não foram destinados, temos que pensar de
86 outras formas, como apoio do agente financeiro, criar outras formas, mas precisamos do
87 apoio dos comitês, é uma discussão que podemos colocar no fórum. Presidente Dilton de
88 Castro, Comitê Tramandaí: A gente sabe da situação dos órgãos de controle do estado,
89 dos técnicos e da operacionalização. Mas a gente também sabe de muitos instrumentos
90 de gestão dos recursos hídricos que estão defasados há anos. Nos preocupa muito a
91 questão do monitoramento da qualidade da água, função atribuída legalmente à FEPAM
92 que está sucateada, e que são condições fundamentais para acompanharmos o
93 enquadramento e até para licenciamentos ambientais, como um dos pontos que será
94 discutido agora, que são as estações de tratamento de esgoto, os dois pontos, meio
95 ambiente e recursos hídricos, tem que interagir entre si. Sabemos que a FEPAM não tem
96 condições de fazer o monitoramento da qualidade da água em todo estado, não tem sido
97 feito com certa frequência e sem uma metodologia que possa ter resultados satisfatórios
98 e isso é fundamental. E temos esse recurso em grande quantidade e nós ficamos na
99 dúvida, como que temos tantos milhões, mas não conseguimos aplicá-los, seja na
100 FEPAM, ou seja, em parcerias com Universidades, que tem em todas as regiões
101 hidrográficas, para fazer o monitoramento da qualidade da água. Isso é fundamental para
102 sabermos se o enquadramento está sendo atingido ou não ou para licenciar. A gente tem
103 varias estações de tratamento, no caso do Tramandaí, há anos para ser licenciada, sem
104 saber se os dados que temos para fazer as modelagens são confiáveis. São dados da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

105 FEPAM de 15 anos atrás. Então é difícil de compreender como com todo recurso que tem
106 no fundo com toda a potencialidade de parcerias com universidades, especialmente para
107 o monitoramento da qualidade da água. Solicitado o um representante da FEPAM que
108 não está presente a Secretária Maria Patrícia Mollmann diz que este é um ponto bem
109 importante e na chegada do Diretor Fernando Meirelles poderemos apresentar de modo
110 geral esta questão do monitoramento. Presidente Maria Patrícia Mollmann: Os comitês
111 conhecem o Programa do Qualiágua? De repente a FEPAM poderia apresentar. É da
112 ANA para monitoramento em alguns pontos não todos como querem, mas é bom fazer
113 esta discussão no fórum que abrange mais comitês, eu vou conversar com os comitês
114 para tratarmos dentro do fórum. Julio Salecker, Presidente Comitê Taquari-Antas. Eu
115 quero insistir em relação a esse dinheiro que tá no saldo, o passivo potencial, e que se
116 discutiu no seminário em Santa Maria, se falou que há mais de uma forma de implantar
117 as agências e, uma delas, é fazer o que está na lei, que seriam três agências, uma por
118 região hidrográfica e a dúvida seria se fosse estrutura de estado ou não, que é o que foi
119 pedido naquele PL, para a agência deixar de ser estrutura indireta do estado. Mas não se
120 consegue fazer as agências e não é desse governo, mas sim porque não tem dinheiro.
121 Mas vemos que, só neste passivo, daria para implantar as três agências e ainda sobraria
122 dinheiro. Daria para montar e depois tem regra para manter, os 8% cobrados pelo uso da
123 água como esta na lei. A solução passa pelo dinheiro e o dinheiro tem. Secretária Maria
124 Patrícia Mollmann: Na verdade a criação de entidades na administração direta, de criação
125 de autarquias neste governo está sendo contrário, não é o caminho do que se vai ter para
126 criar esta estrutura, no Brasil inteiro não se seguiu essa solução, então essa forma não,
127 temos que ver outras formas, que seja uma instituição financeira com o apoio técnico e
128 financeiro que fique com o fundo, ou organizações sociais, como tratamos em Santa
129 Maria. Algum destes caminhos a gente quer fazer. Esse ponto fica na verdade com
130 encaminhamento para o fórum. Eu ia colocar uma notícia dentro das comunicações do
131 ZEE-RS, que no ano passado apresentei no CRH o projeto, não sei quem assistiu a
132 apresentação geral do projeto, mas quase todos aqui já ouviram. Então não faço esta
133 apresentação novamente, mas gostaria de manter o CRH informado dos andamentos
134 que estão sendo feitos: ele iniciou em fevereiro deste ano, nos dois primeiros meses com
135 planejamento do contrato e com o planejamento da participação social. Esse produto terá
136 datas mais fixas em outra reunião do CRH; para esse projeto teremos nove audiências
137 públicas no interior do estado e depois retorna; e com esta participação buscaremos
138 outra reunião com a participação dos comitês e dos COREDES. Na próxima reunião do
139 CRH teremos como saber sobre essa divisão, vou trazer e a equipe técnica da SEMA se
140 coloca a disposição dos comitês para apresentação específica dentro dos comitês e
141 COREDES. O que se propõe, neste momento do ZEE é que já tivemos os dois
142 planejamentos e está em fase de coleta de informações, do meio físico, biótico e da
143 socioeconômica. Então, se visitou várias universidades e instituições do estado,
144 secretarias, EMBRAPA, EMATER, para se coletar o que tem de informações sobre esses
145 três dados, e apresentação de um relatório, e as lacunas de informação, que talvez se
146 tenha essas informações do ZEE que não se tenha encontrado, e isto vem sendo
147 trabalhado no CONSEMA, que tem um representante do CRH participando. A sociedade
148 na verdade vem nos ajudando a trazer as informações para esse inventário. E um
149 inventário mal elaborado vai gerar um diagnóstico mal feito. Então temos a intenção de
150 trazer as informações mais completas e atualizadas possíveis, e posteriormente a isso se
151 faz um compilado dessas informações para discutir com a sociedade, o que se enxergou
152 dentro do território do estado RS, e a grande ferramenta do ZEE vai ser um banco de
153 dados com essas informações que estarão espacializadas, com fotos do RS com várias
154 camadas e com várias informações e podemos discutir as zonas, as diretrizes de
155 ocupação e outras informações para cada região. Esse produto intermediário vai ser um
156 conhecimento trazido pelo ZEE, de todo território do RS nas mais diversas facetas, da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

157 parte do meio físico, social, biótico e econômico. Veremos potencialidades e fragilidades
158 e se poderá ver tudo, e vai qualificar muito a atuação de todos os atores que trabalham
159 com a política pública, e o setor privado, terá os dados que podem ser pesquisados para
160 investimento compilados. Esse é um grande produto do ZEE. Peço que fiquem atentos e
161 para que acompanhem no CONSEMA, na Câmara Técnica e vamos trazendo as notícias
162 dos estágios. Por enquanto estamos na coleta dos dados e encerra em mais um mês, e
163 se vai ter o quadro do que se coletou de informações. Posso trazer a empresa contratada
164 pelo consórcio, para informar melhor aos conselheiros, acho que seria importante isso no
165 CRH. Eu sei que as pautas são bem compridas porque são de dois em dois meses, e as
166 apresentações do ZEE tomarão uma hora e meia, então questiono aos conselheiros, se
167 acham interessante para trazer como pauta algo mais aprofundado. André Oliveira,
168 Comitê Mirim-Canal São Gonçalo, na qualidade de representante do CRH, Câmara
169 Técnica, tenho acompanhado as reuniões do planejamento do CONSEMA a partir da
170 metade, me organizei para isso, e acho que é um trabalho fundamental e complexo,
171 denso e tem fontes diversas de informação, vai ser algo de alto refino tecnológico e um
172 grande desafio. Lamento não ter participado da etapa inicial para colocar um
173 posicionamento com vocês e vou sofrer muito agora para poder dividir, o que se colocou
174 na reunião do fórum; o fato da visão política estar privilegiada, na questão dos grupos
175 administrativos dos COREDES. Vou fazer uma palestra sobre esse tema dia 27,
176 solicitada pela Leda Famer, e isso vai demandar um esforço nosso nos comitês para que
177 participem, e lastimo a gente não aproveitar a plenária dos comitês para esse exercício.
178 Mas a gente sabe que aqui é o limite em termos de uma decisão de planejamento de
179 unidade hidrográfica e acho que o processo geopolítico é que o determinou. Acho
180 interessante esse ZEE, mas acho que não vai ser conclusivo, notícia que ontem foi
181 colocada uma apresentação institucional e acho interessante pedir aos consultores e
182 assim que ela chegar vou colocar no fórum. Estou fazendo um inventário, então tem
183 coisas aproveitáveis, atualizadas, outras não, mas com aqueles dados para utilizar no
184 planejamento será fundamental. A Secretária Maria Patrícia Mollman: na próxima pauta
185 do fórum, a apresentação vai ficar disponível, como a divulgação do ZEE é trabalho de
186 formiguinha, nós combinamos de ter uma apresentação institucional única e não ficar
187 somente a cargo da SEMA, de divulgar reiteradamente. Dia 28 a gente já usa essa
188 apresentação na FAMURS em encontro de gestores do meio ambiente, para quando
189 chegar no debate da sociedade as pessoas já entendam como que é o funcionamento.
190 As reuniões públicas para colocar sugestões só começam em abril do ano que vem,
191 então é melhor começar a divulgar a conscientização agora, porque é assunto denso e
192 temos que absorver aos poucos. Contamos com todos os parceiros para essa
193 divulgação. A presidente Maria Patrícia Mollmann: Item 01 da Pauta Aprovação da 85ª
194 Reunião Ordinária do CRH/RS – Ata encaminhada aos conselheiros. Recebido do Sr.
195 Eldo alterações em suas falas. Colocado em apreciação, ata aprovada com alterações
196 solicitadas. **Item 2. Resoluções CRH N. 192, 195 e 196/2016 – Ad Referendum:**
197 Presidente Maria Patrícia: as resoluções se derem em função de uma implementação
198 gradual no SIOUT, fazendo as coisas com a carroça andando. Então a gente dentro da
199 implementação do SIOUT, ele ficou por momentos instável e indisponível, e na abertura
200 no plano safra, suspendemos temporariamente algumas exigências para não prejudicar,
201 para quem estava tentando financiamento e para ter implementação gradual, a qual
202 vamos trazendo as pessoas aos poucos e ele vai se consolidando. Nesse sentido, foram
203 as resoluções 192, 195 e 196 e o último ponto que é a republicação da 196 que teria que
204 ser uma nova resolução. É um pedido da bacia hidrográfica do Comitê Rio Santa Maria
205 que estão com seu plano de bacia, então um dos itens saiu de classe especial e
206 poderíamos liberar o SIOUT 003 que antes ficava bloqueado, por isso ficou liberado;
207 tiveram acesso às resoluções? Alguma dúvida, coloco a palavra à plenária. A questão ad
208 referendum era então que estávamos concedendo mais prazo que o SIOUT estava tendo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

209 módulos novos, o que gerou instabilidade. Patrícia Moreira Cardoso: fizemos, a pedido do
210 comitê, a revogação da alínea B do art 3º da resolução 188; e que a Rejane colocou que
211 a revogação da 187 não precisaria. Roberto Carvalho, Comitê Santa Maria na realidade o
212 comitê solicitou para que a Bacia do Santa Maria saísse da exceção da alínea B da 188,
213 e não por ser bacia especial. É uma retirada de exceção porque a Bacia Santa Maria tem
214 outorgas coletivas e algumas pessoas que fazem dessedentação animal não haviam
215 incluído em seus cadastrados os seus açudes. Então como o Santa Maria tem a outorga
216 o SIOUT não acessava o 003 na Bacia do Santa Maria. As pessoas que naquele
217 momento queriam se cadastrar para acessar o crédito não podiam então pedimos ao
218 DRH que retirasse essa exceção para que as pessoas pudessem se cadastrar tendo o
219 SIOUT 003, acessando o crédito, só isso. Resoluções aprovadas por unanimidade. Item
220 3 - Minuta de Resolução que concede prazo de outorga de poços mediante cadastro no
221 SIOUT - Presidente Maria Patrícia: Na verdade foi a partir de uma demanda do Balcão de
222 Alegrete, através do técnico Tirelli, tendo em vista a quantidade de poços em situação
223 irregular, gostaríamos de fazer alguma ação para trazê-los à regularidade. Existem
224 muitos autos de infração em função desses poços e para fazer a regularização precisaria
225 de alguns laudos, então a ideia era de se conceder um prazo, para ingressarem depois
226 de um cadastro, com um processo de outorga. Vou passar a palavra ao Fernando. Diretor
227 Fernando Meirelles: O problema dos poços é que temos uma estimativa de 100 mil poços
228 sem cadastro algum no estado, com um total de poços da ordem de 500 mil, mas poços
229 perfurados sem informação nenhuma estão na ordem de 100 mil. Nosso esforço é
230 trazeremos esse pessoal à luz, para ver o que conseguimos regularizar. O SIOUT está
231 com um modulo de cadastramento de poços que deve estar pronto nos próximos trinta
232 dias, para que o proprietário informe onde está o poço, inclinação, vazão e uso para que
233 depois possamos pedir um laudo geológico, um teste de bombeamento, e exame da
234 qualidade da água e ver se podemos regularizar ou não, porque tem poços que normas
235 brasileiras não vão nos permitir regularizar. A ideia é de uma resolução com um prazo,
236 que entendemos que seja da ordem de um ano, e depois ver se é viável e criar um
237 mercado de regularização de poços, pois atualmente entre os geólogos ouvimos hoje
238 valores de 50 mil para regularizar um poço. Então no momento que se cria um mercado
239 da ordem de 100 mil poços, esse mercado de trabalho técnico se regularize por si só,
240 viabilizando a regularização dos poços. Nossa situação é muito ruim, existe esse risco de
241 contaminação de aquíferos, tem muito poço barato perfurado na região do Gravataí, do
242 Sinos e tudo porque não deixamos esse pessoal se regularizar e não temos uma
243 normativa. Vamos dar uma ferramenta de cadastro para uma possível posterior
244 regularização, essa é a intenção até porque as pessoas não conseguem financiamento
245 porque a fonte de água subterrânea, o poço não tem cadastro, nunca foi oficializado, não
246 tem a outorga. Às vezes o poço tem trinta anos e não foi regularizado, então a ideia de
247 um ano para ver se é possível. Presidente do Litoral Médio, Leda Famer nós no litoral
248 médio tivemos problema com poços de ponteira e questionamos isso de dar cadastro de
249 água superficial e não para água subterrânea. Mas a nossa dúvida continua, pois se cria
250 uma expectativa de quem se vai regularizar e fica o canal de estreitamento que é o DRH,
251 pois as análises de licenciamento da outorga fica dois, três anos parado, não sei se agora
252 está sendo agilizado, mas temos experiência que o MP tem cobrado de nós no litoral e
253 pedimos agilidade ao DRH para que atenda, pois tivemos um senhor que teve que pagar
254 40 mil reais para outorga de um poço e descobrimos que ele já tinha pedido ao DRH há
255 dois anos. Nossa preocupação é a agilidade com uma resposta ao usuário; minha
256 preocupação maior não é uma resolução dessas que é fácil de fazer, e dizer tu tem um
257 compromisso e te dou o prazo de um ano. Pois cumprido esse prazo eu fico dois anos
258 parado para o licenciamento. Então gostaria de saber o que será feito para agilizar esses
259 procedimentos de autorização? Marcos Paulo Scherer, Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo:
260 Não é um questionamento, quero reforçar que acho importante essa iniciativa e quero



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

261 dizer por quê. Na nossa bacia, foi identificado que cerca de 60% a 70% de abastecimento
262 que se dá por poços subterrâneos e acredito que nem esses que abastecem as cidades
263 estejam regularizados, pelo menos é a informação que tenho e nos preocupa com o
264 plano bacia e, a partir dessa informação, pedimos no DRH quantos poço artesianos
265 tivemos regularizados na nossa região, de 52 municípios do Comitê Turvo-Santa Rosa-
266 Santo Cristo tinha 136 ou 132 se não me falha a memória, e acredito que isso seja só em
267 Santa Rosa. Por exemplo, Tucunduva tinha só dois registrados e eu sei que lá tem mais
268 de 40. Toda nossa região que é enorme, são 10 mil Km², são 373 mil pessoas
269 abastecidas, e a maioria para água subterrânea, esse numero é ínfimo, se você fala em
270 100 mil, acho que tem que aumentar esse número para mais de 400 mil. Acho que
271 deveria aumentar essa sua estimativa. Em um ano esse prazo é curto para se atingir uma
272 meta. Porque, por exemplo, se pegar o CAR, uma coisa nova de âmbito federal de
273 regularização de pequenas propriedades, e teve uma resistência tão grande na nossa
274 região, porque melhoraria a condição da pequena propriedade, porque regulariza o que
275 hoje está clandestina ou ilegal, mas na nossa região ninguém quer fazer CAR. Por fim
276 imagino a resistência para a regularização dos poços, talvez não tão grande, mas se for
277 pra essa parceria com FETAG e sindicatos rurais, temos primeiro que convencê-los do
278 por que disso, da importância disso, para atingir esse resultado, mas acho que não vai
279 ser num ano, talvez em dois... É só uma sugestão. Sérgio Cardoso, Presidente do
280 Comitê Gravataí: Pautamos esse assunto numa reunião do Gravataí, nesse processo de
281 luz e água subterrânea, e alguns atores presentes como Dr Viegas, é importante abrir
282 essa janela para puxar a regularização, mas acho que esse mercado é de dinheiro e esse
283 valor de 50 mil deve ser baixado para 8, 9 ou 10 mil, isso deve ser região de fronteira.
284 Independentemente disso, o debate é questão do CREA na regulamentação, que passa
285 pelo mercado de trabalho Na verdade tem muitas empresas que não operam no
286 regramento; todos os municípios devem ter vigilância sobre a água para consumo e se na
287 área rural se incluir e usando água para beber, tem atores que temos que envolver, não
288 simplesmente abrir cadastro para regularizar, tem que ter um poder de polícia nisso, pois
289 tem um monte de picareta vendendo "buraco". Não é a questão só de responsabilidade
290 técnica, mas a questão da picaretagem de buraquinhos abertos para vender água. Tem
291 que ter monitoramento forte junto ao CREA e junto aos Vigiagua responsáveis pelo
292 monitoramento da qualidade da água servida a população. Diretor Fernando Meirelles - A
293 PATRAM está multando e fechando poços e temos um convênio com a CORSAN para
294 poços irregulares. O sistema CREA está a par do que fazemos, mas não tem dado uma
295 resposta, muitas vezes esse poço está longe dos olhos. Não queremos regulamentar o
296 mercado para geólogos, mas toda estimativa de valores, de 50 mil tem origem na
297 fronteira. Vamos colocar exatamente o que precisamos. Cadastrar e fazer um laudo
298 geológico, teste rebaixamento e análise da qualidade da água, então venha para dentro
299 que vamos tentar. Quanto à agilidade do processo, no momento temos no DRH quatro
300 geólogos trabalhando nisso, permitindo colocar as autorizações prévias. Na primeira
301 semana de agosto lançaremos um modulo de autorização prévia online, então toda a
302 autorização prévia vai ser feita conforme norma técnica brasileira e, dentro do congresso,
303 num seminário de gestão de água segura, levou-se 40 minutos para a autorização prévia
304 de um poço. Então o sistema simplesmente reproduzirá a norma técnica, e já se sai com
305 autorização prévia. Isso vai nos liberar a mão de obra de dois geólogos a mais, além
306 disso, a FEPAM chamou geólogos para os balcões do interior, no momento que estiver
307 pronto o sistema de análise, eles estarão disponíveis para regularização. Ainda não
308 temos previsão de demora depois que o sistema estiver funcionando. O número de poços
309 é de 500 mil poços, mas quanto a poços perfurados temos uma conta junto da ABAS,
310 temos 120 mil desconhecidos, desses, 20 mil que se conhece. Talvez não se consiga
311 fazer em um ano, mas se for o caso a gente faz a concessão por um ano, monitora e
312 renova por mais um ano. Mas pretendemos aprovar a proposta com uma resolução que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

313 permita que apenas com um cadastro, esse poço esteja regularizado ou em fase de
314 regularização. Os pedidos que já estão no DRH: O governo faz uma autorização previa
315 para perfurar um poço e depois ele não volta com a documentação para fazer a
316 regularização, então muitas vezes o governo faz a perfuração com máquinas do estado,
317 com autorização do estado, em nome das Prefeituras, mas elas não são orientadas a
318 acabar com o processo; então de dez autorizações prévias feitas eu tenho uma outorga,
319 o poço tem autorização a funcionar, mas não tem outorga. E feito pelo poder publico, é
320 algo que não pode acontecer, isto gerou uma crise que levamos a SGG dizer que uma
321 secretaria não pode ficar irregular frente a outra Secretaria. Então temos que ter um
322 geólogo que faça a autorização previa que conclui e dá um laudo final do poço ou ele
323 transmite a responsabilidade técnica. Então estamos tentando fazer com que o Estado se
324 enquadre nisso, as empresas que perfuram poços estão todas regularizadas conosco.
325 Adolfo Antonio Klein, Comitê Sinos Só colocar as coisas no mundo real, quando falamos
326 em poços, mas tem poços e tem poço. No vale do Sinos, temos uma quantidade de
327 poços cavados, aquele que vai até uns 10m de profundidade, inimaginavelmente grande
328 e acho que estão todos contaminados com coliformes fecais, porque a região inteira não
329 tem tratamento sanitário. Então é uma água disponível sim para irrigação, para jardim,
330 lavar carro, mas para consumo tenho minhas dúvidas. Agora tem outro tipo de poço, que
331 são os poços furados, de 40 a 200 metros de profundidade na região do vale do Sinos, e
332 tem poços ali que tem mais de 50 anos, 60 anos, que tiram 180 metros água/dia, com
333 finalidade de abastecimento industrial e de comunidades. Também tem poços da
334 CORSAN, um poço da CORSAN sediado em Estância Velha abastecia o maior consumo
335 industrial da bacia do Sinos, ai a CORSAN disse que não era justo, que a empresa tinha
336 que pagar pela água tratada do Sinos. A empresa foi embora e agora o poço está lá, não
337 está sendo usado, mas é um poço público. Tem poço de 60 metros, cavando meio metro
338 por dia, pra uso próprio, então não sei como se vai regularizar todos os poços. A minha
339 sugestão é começar a discutir pelo tamanho do poço. Um cara ganha três salários
340 mínimos, aí ele tem um poço em casa e se fala que ele tem que regularizar, ele já
341 começa a ter medo, muitas vezes ele comprou a casa com o poço sem documento do
342 poço, aí se fala que ele tem que ter um estudo geológico, e muitas vezes dizemos que
343 ele tem que regularizar, então ele não vai fazer isso, não tem dinheiro pra isso. Acho que
344 temos que pensar como vamos fazer a regularização, por retirada de água, por escala de
345 tamanho, e pensar como regularizar porque no vale do Sinos é um paliteiro que tem lá de
346 cano com polegada e meia, duas, um compressorzinho que ele tira água ali, agora esse
347 cara para trazer para a regularização eu tenho dúvida, então se queremos criar banco de
348 dados, sobre dados de poços oficiais a partir de poços grandes, de poços de indústria
349 que tiram volume, então se vai ter um cadastro. Agora, a partir de que todo mundo vai
350 regularizar seu poço, eu acho que não. Diretor Fernando Meirelles Bom, nós estamos
351 trabalhando dentro do sistema de recursos hídricos, tem várias situações que não
352 precisam de outorga. O poço escavado jamais vai ser regularizado, pela norma ele não
353 deveria existir. Possivelmente ele está contaminado e não vai ser outorgado. Mas se for
354 cadastrado a gente vai saber onde ele está. Os poços de pequeno diâmetro, nossa
355 grande dor de cabeça, esse poço durante a discussão da norma técnica de perfuração
356 poço ele não foi normatizado, é muito difícil fazer a proteção adequada para esse tipo de
357 poço. O próprio mercado não oferece equipamento para fazer isso. Como a ABNT não
358 faz uma normatização para esse poço, nós estamos discutindo se é possível fazer uma
359 resolução gaúcha desse poço. Temos que solicitar que seja feito um selo para esse poço.
360 Para ter o selo a melhor maneira é ter redução, começar com 4 polegadas e partir para 2
361 polegadas. Mas nós não temos essa normativa brasileira, então, o que está acontecendo
362 é que eles estão sendo feitos e cadastrados como poço de ponteira, que só é permitido
363 no litoral. Estamos querendo normatizar, porque esses poços com compressor dentro do
364 aquífero é real. Vamos regularizá-lo para que possamos proteger. Não se imagina que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

365 esses 400 mil virão todos para dentro do sistema. Todo mundo que precisar de outorga
366 para regularizar vai ter que vir pra dentro do sistema. Primeiro faz um cadastro e após
367 tem um prazo para regularizar, mas concordo contigo, os poços pequeninhos acredito
368 que não virão. Teremos que fazer um trabalho depois de buscar. Adolfo Antonio Klein,
369 Comitê Sinos- Na minha infância tinha um poço artesiano que vazava, corria água por
370 cima da altura do cano um metro e meio, na Pedro Adams esquina com Av Tamandaré e
371 que sempre corria água. Se abriu poços por perto e ele parou de verter água, esse poço
372 simplesmente a Prefeitura cortou o cano e foi tapado pela calçada e hoje ninguém sabe
373 onde está, ele deve estar aberto e nunca foi lacrado tenho certeza. Acho que é uma
374 situação que devíamos ter também de resgatar estes pontos. Diretor Fernando Meirelles -
375 Nós temos uma regulamentação sobre tamponamento de poço e isto existe. Hoje temos
376 um tipo de autorização previa e ele sai também com autorização para fechar o poço, para
377 evitar um processo burocrático a mais. Antes não, primeiro ele saía com uma autorização
378 para abrir o poço e precisava de uma autorização para fechar o poço, e o buraco ficava
379 aberto por dois anos porque faltava uma assinatura para fechar. A ideia é de fazer postos
380 de monitoramento públicos, e entender estes aquíferos como estão se comportando,
381 inclusive a questão de contaminação e a questão do rebaixamento. Hoje não temos uma
382 rede de monitoramento no Estado. Sinos é uma preocupação clara, Gravataí também em
383 relação a esta quantidade enorme de pequenos poços, então a ideia é monitorar, mas
384 isto é para o ano que vem. Leda Famer, Comitê Litoral Norte - A iniciativa é muito
385 interessante, é louvável. Eu me preocupei pelo sistema de recursos hídricos, ele tem uma
386 Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, eu gostaria de saber se ela foi consultada e se
387 esse tema passou pela Câmara Técnica. Eu sugeriria que, antes de entrar para
388 aprovação, passasse pelas águas subterrâneas porque temos representantes do litoral
389 que não foram consultados sobre essa questão. Presidente Renato Zenker, Comitê
390 Camaquã - me preocupa muito a questão do aprofundamento do lençol, na medida que
391 se vai perfurando poços, vai se rebaixando. Tem um problema grande em escolas em
392 Camaquã que os poços de escolas que a cada ano tem que aprofundar mais.
393 Professores perguntam o porquê uma questão é a falta de infiltração da água no solo,
394 pois estão as águas das chuvas que levam tudo para os rios, causando enchente e o
395 problema de estiagem e a questão de seca nas lavouras. Se não temos conhecimento da
396 parte geológica, hidráulica do solo e do ciclo da água, acho temerário abrir essa questão
397 de poços artesianos para qualquer um perfurar e não legalizar. Acho que não deveríamos
398 abrir poços e sim fechar, não deveríamos facilitar com essa questão da água
399 subterrânea. Diretor Fernando Meirelles - Nós não facilitamos, nós temos todo um
400 regramento para perfurar um poço artesiano, para buscar água nos aquíferos, então não
401 é essa a nossa questão. A nossa questão é o passivo, saber quantos poços foram
402 abertos, sem regra nenhuma. Quero trazer todo mundo que precisa de outorga para
403 dentro do nosso sistema e depois começar a fazer um trabalho de fiscalização. O início é
404 colocar postos de monitoramento de quantidade e qualidade, concordo que a maior parte
405 desses poços cavados já deve estar contaminado. Não facilitamos nada, pelo contrário.
406 Devemos ter no máximo 20 empresas cadastradas que podem fazer perfuração de poços
407 no estado. Essas empresas têm que vir todo o ano renovar seu cadastro e se seu
408 cadastro não estiver válido ela não ganha autorização para perfurar o poço. Nosso
409 controle dos legalizados é grande, o nosso problema são os outros, os não legalizados.
410 Então Leda nós vamos caminhando para a solução dos nossos passivos. Eu não sei se
411 seria o caso de passar pela câmara técnica de água subterrânea, porque é um assunto
412 de outorga e não de água subterrânea. Presidente Maria Patricia Mollmann - A ideia era
413 colocar a problemática para vocês ouvirem as opiniões e se houvesse algum consenso,
414 faríamos a funcionalidade do SIOUT antes de publicar, para não gerar falsas
415 expectativas. Eu posso consultar a partir de um consenso ou se acham que tem que ir
416 para a Câmara Técnica de Águas subterrâneas. Combinaria com a plenária que ficando a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

417 custear a concordância disto aqui e ficando pronta a funcionalidade no SIOUT antes da
418 próxima reunião do CRH eu poderia fazer uma resolução ad referendum, ou se aguarda
419 outra reunião do CRH, qual seria a sugestão. Sérgio Cardoso, Presidente do Comitê
420 Gravataí - Não vou entrar no mérito, vou entrar no método, até para guardar a
421 funcionalidade das Câmaras Técnicas então tem que vir com um parecer da Câmara
422 Técnica, discordo Fernando pois é outorga de água subterrânea, pois é do sistema, se
423 vier por prática que tudo venha direto para a plenária sem passar pelas instâncias
424 colegiadas, até para dar um referendo a esse colegiado. Daqui a dois meses estamos
425 com reunião de novo com compromisso da Câmara técnica, aí na próxima reunião já traz
426 com parecer, dá tempo da secretaria operacionalizar nos bastidores, a gente vota. Acho
427 que o ad referendum tem que ser usado em último caso quando há urgência da política
428 do Estado, quando não há urgência da urgência, acho que tem que trazer para a plenária
429 de maneira tranquila e fortalece as instâncias da Câmara técnica. Maria Patricia
430 Mollmann - Coloco em votação nesse sentido. Dia 29 tem reunião da CTAS, então vai
431 para pauta da Câmara Técnica e ela tem ciência e retorna para se fazer a funcionalidade.
432 Diretor Fernando Meirelles - Pegando a fala do Sérgio, vou colocar para a Câmara
433 Técnica para representação para eles, no modo de autorização previa dos poços.
434 Aprovado por unanimidade encaminhamento a CTAS. **Item 4. Requerimento da**
435 **Empresa Juper Indústria Mecânica Ltda** - Diretor Fernando Meirelles Essa norma
436 técnica de água subterrânea exige um lacre e um selo no poço. Em relação ao lacre é
437 uma lage de concreto, que tem as dimensões que a norma coloca. Em relação ao selo,
438 não tem uma definição clara. A empresa Juper tem um equipamento que ela colocou e
439 solicitou uma revisão de nossos termos de referência para a outorga de água subterrânea
440 e nossos técnicos entenderam que os termos de referência eram suficientemente claros.
441 A empresa recorreu e nós mandamos para revisão da Câmara Técnica de Águas
442 Subterrâneas. A Câmara Técnica entendeu também que nossos termos referências eram
443 suficientes e entende que o departamento está em consonância com a legislação. Foi
444 isso que aconteceu. A empresa contesta, mas vai se dirigir diretamente a Câmara técnica
445 para manifestar seu ponto de vista. Queriam que colocássemos em nossos termos de
446 referência uma descrição mais clara do que pedíamos e nós estamos citando apenas
447 uma norma. O que a CT colocou ali, de não poder mencionar o título do fabricante de
448 lacre, mas não foi o que solicitamos pra CT, mas vai chegar na Câmara Técnica para se
449 manifestar; nosso papel nós fizemos. Assim como mandamos para a ABAS essa
450 solicitação deles. Presidente Maria Patricia Mollmann - Na verdade é uma comunicação,
451 pois se fosse deliberação no sentido contrário de adotar outro tipo de padrão, seria uma
452 resolução. Alguma inscrição desse assunto? Não houve manifestações. Patricia Moreira
453 Cardoso FRH - Na última reunião do CRH foi demandado em função de que nós temos
454 hoje três comitês a descoberto sem recursos de manutenção. Desde final janeiro e mais
455 recentemente com regulamentação da lei federal que estabelece o novo marco
456 regulatório das relações entre o estado e a sociedade civil, nós temos uma pendência no
457 estadual que é a regulamentação por decreto desta lei federal, porque a administração
458 pública não vai mais utilizar esse termo convênio, mas sim termo de parceria ou termo de
459 colaboração, a relação do estado com as organizações sociais. O Comitê Tramandaí, em
460 virtude de que ele é um dos comitês descobertos em nome dos demais e pela
461 necessidade dessa estruturação então foi solicitado encaminhamento desta proposta de
462 moção. Eis que aqui está esta minuta de moção. Marcos Paulo Scherer, Turvo-Santa
463 Rosa-Santo Cristo - queria fazer um esclarecimento rápido, dizer para ficar bem claro
464 aqui no CRH, que a moção é no sentido de promoção da regulamentação. Não em
465 relação a um texto base que já tenha sido tramitado, pois já existe na casa civil algo que
466 está sendo trabalhado nesse sentido, então não estamos fazendo uma moção àquele
467 decreto, e sim a um decreto, porque nós não conhecemos aquele da casa Civil, não
468 temos nenhum texto. Se tiver algum conteúdo seria interessante até nós conhecermos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

469 Presidente Maria Patrícia Mollmann - É, está solicitando apenas a urgência na
470 regulamentação e não apoiando nenhum texto. Essa discussão vem desde o ano
471 passado, tem notícia de um grupo com procurador do estado, CAGE estavam formatando
472 a uma aplicação para regulamentação para essa nova legislação está sendo discutida
473 desde 2014 e só entrou em vigor em janeiro deste ano. Esta regulamentação está sendo
474 discutida há um bom tempo e para alterar de forma mais segura essas novas
475 contratações seria interessante ter essa regulamentação estadual específica. Em relação
476 a Coredes não tem algo específico em relação aos Coredes? Patricia Cardoso - FRH
477 Como tem esta lei federal tem a mesma força da lei das licitações nos temos, exemplo a
478 IN Cage de 01/2006, que é a lei dos convênios ela também estabelece as regras para o
479 encaminhamento das licitações então este decreto vai regulamentar os atos normativos
480 da administração pública como a Ordem de Serviço 12/2015 que agiliza nossos
481 convênios, também ela vai impactar esse decreto e vai impactar os outros atos
482 normativos como a 01 da Controladoria. Então estamos na dependência deste decreto
483 estadual sem que a lei estadual se sobreponha a lei federal, para que os demais atos
484 normativos se regulamentem e se adéquem. Em relação aos COREDEs, estamos
485 fazendo este levantamento junto a Controladoria e vamos te dar um retorno. Leda Famer,
486 Comitê Litoral Médio - É que o COREDE recebe recursos normalmente do estado. Ele
487 não passou por essa normativa conforme a SEMA. Patricia Cardoso tem que ver qual é a
488 especificidade, tem que ver o que nossa especificidade, ao nosso objeto que estamos
489 tratando dessas questões. Já entramos em contato com a controladoria (CAGE).
490 Estamos procurando alternativas em relação a essa dependência em relação a
491 publicação deste decreto. Presidente Maria Patrícia Mollmann - Ninguém passou ainda
492 por esta lei. Quem não passou antes vai ter que passar agora. Não vamos ter mais
493 convênio como daquela outra forma, a medida que vai se encerrando, vai ter que ser
494 nesse novo modelo. Leda Famer, Comitê Litoral Médio - Nesse mesmo questionamento,
495 o COREDES tem feito convênios com o estado da mesma forma junto com a SEPLAN,
496 nessa mesma estrutura, se o COREDE pode fazer convênio para receber recurso, o
497 próprio convênio da SEMA, que poderia ter o mesmo, o próprio Corede poderia fazer
498 para ser o mantenedor de um comitê. Maria Patrícia Mollmann - Mas esses convênios
499 foram firmados antes, foram firmados depois de janeiro?) O Corede tem uma lei que já é
500 regulamentada; (intervenção) é que o Corede tem personalidade jurídica própria, eles
501 estão criados pela constituição, tem um conselho, é toda uma outra formatação;
502 (intervenção) essa lei federal vale para todo mundo, para o Corede também vale esta lei;
503 só que ele já está regulamentado no Estado desde a sua fundação, é outra
504 regulamentação; só para nivelar a informação, que o Corede não está passando por cima
505 desta lei; (intervenção) é que o Corede é um outro objeto, mesmo que seja
506 regulamentação de um Corede assumir um convênio; não é tão simples em relação a
507 nossa especificidade; mas a questão é em relação a manutenção do objeto; estamos
508 negociando junto com a Controladoria, porque não é tão simples assim. Presidente Maria
509 Patrícia Mollmann – Colocada a moção em aprovação. Aprovada por unanimidade. Item
510 6. Minuta de Resolução da composição da CTPA –Tiago Correa, presidente da CTPA:
511 hoje tivemos essa discussão porque tinha ali a Secretaria de Segurança Pública, a qual
512 não estávamos bem de acordo com todos os colegas, aí a Carmem disse que a
513 Secretaria de Segurança Pública não foi contemplada porque não está dentro do CRH, e
514 então só duas secretarias terão vaga na CTPA. Então por uma questão de ajuste não é
515 uma condicionante de receber recurso, e sim por estar dentro do processo, discutir, para
516 receber o recurso. Presidente Maria Patrícia Mollmann - Está entrando na composição, a
517 SEAPI e a SDR, a SOP? É a SEAPI e SDR sendo incluídas. Alguma manifestação?
518 Colocado em aprovação, munita aprovada por unanimidade. 7.Homologação de
519 Processos Eleitorais nos Comitês. Carmem Silva, Secretária executiva do CRH - Esse
520 aqui é a aprovação da alteração nas vice-presidências dos Comitês do Vacacaí, onde o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

521 vice-presidente saiu e entrou o Alexandre Silva Prestes Souza, foi escolhida também a
522 Secretaria executiva, a Sheila. E depois na Bacia do Tramandaí, houve a substituição do
523 vice-presidente, ele era representante da CORSAN, se aposentou, houve a substituição
524 do vice-presidente, aí houve uma eleição lá dentro e ele trocou de entidade Sindiagua e
525 vão cumprir outra o mandato está abrindo o processo eleitoral. Na Bacia do Gravataí,
526 houve um arranjo, saiu o vice-presidente para se candidatar, o Paulo passou pra vice-
527 presidente e foi escolhida uma nova secretaria que é a Norine lara, está aqui hoje, assim
528 como a Sheila, tudo dentro da normalidade, e como de praxe, porque precisamos das
529 homologações para os convênios, por isso trazemos para homologação e depois sai no
530 Diário Oficial. E a outra alteração, dos processos eleitorais por inteiro, custam um pouco
531 para sair, porque há uma demora a preencher as vagas, ai tem a primeira e segunda
532 chamada, por isso esperamos para fechar tudo e trazer aqui. Do Comitê Mampituba, a
533 Leonila e o José Dambrós, tem o Cristhian, que não está aqui, o Secretário Executivo,
534 teve eleição de primeira e segunda chamada, preencheram as vagas. Tem o Comitê do
535 rio da várzea tem a Simone, o vice-presidente é o Ivan Carlos Viana, e foi escolhida uma
536 nova secretaria, que é a Liziane.. Todos dentro da normalidade, com reuniões ordinárias.
537 Depois tem o Comitê Pardo que tem a Valeria, que era vice-presidente e passou a
538 presidência, e foi escolhido Adalberto Huve da AFULBRA e a Verushka continua como
539 secretaria-executiva, tudo dentro da normalidade, a eleição das entidades e o
540 preenchimento das vagas. Presidente Maria Patrícia coloca em aprovação a alteração
541 das vice-presidências e das diretorias dos Comitês. Aprovadas por unanimidade.
542 Assuntos Gerais: Tiago Correa – CTPA - Só um esclarecimento referente CTPA, nós não
543 nos reunimos neste mês, por causa do prazo da Secretaria de Planejamento para fazer
544 liberação da estimativa de orçamento então achamos melhor ter primeiro esta previsão
545 para então fazermos nossa reunião e encaminhar uma sugestão de peça orçamentaria
546 aqui em reunião do CRH, que então terá que ser extraordinária. Presidente Maria Patricia
547 Mollmann - Para primeira quinzena de agosto chamaremos uma reunião extraordinária
548 para a questão da peça orçamentaria, já fica um pré-aviso. Quando chegar a proposta,
549 quando tiver reunião da câmara Técnica então já avisaremos da extraordinária. Dilton -
550 CTL - faz um bom tempo que estivemos sem nos reunir, nos reorganizamos no ano
551 passado e também há pouco tempo com a pauta, uma de que é a de termos projetos
552 regionais para encaminhar ao FRH e outra pauta em construção, da retomada do Comitê
553 Gestor da Laguna dos Patos, que foi criada na década passada, tem a resolução dos
554 vários membros e quando retomamos a reunião das Câmaras técnicas litoral achamos
555 conveniente trazer esse assunto para dentro desta Câmara Técnica litorânea para onde
556 converge as águas da lagoa dos patos, então estamos num processo de recomposição
557 do comitê gestor e a próxima reunião será amanhã para debater esses dois pontos, que
558 são rubricas basicamente de demandas regionais e a retomada da discussão sobre o
559 comitê gestor da laguna dos patos. Luciano Presidente do Butuí-Icamaquã - vice-
560 presidente da CTU, nós conseguimos nos reunir em Santa Maria, temos agora nova
561 diretoria empossada, eu sou o vice o Ivan – Várzea Presidente, já tem algumas
562 demandas dos comitês e em princípio a próxima reunião seria em Livramento, dia 17/08
563 antes da próxima reunião FGC e já encaminhamos pelo correio as demandas, e por via
564 das dúvidas por email, que é o nosso padrão. Mário Damé - Presidente da CTG, depois
565 de muito tempo sem reuniões, ontem nos reunimos e tiramos algumas demandas para
566 nossa Câmara Técnica da região Guaíba. Falamos sobre a edição das (informações) dos
567 recursos hídricos, que a gente não consegue na Secretaria, e isso é uma demanda da
568 região do Guaíba, para que a gente tenha a legislação dos recursos hídricos atualizada.
569 Outra demanda é as salas dos comitês que é mais uma demanda da Câmara técnica. A
570 questão do SIOUT, do sistema de outorga, acho que os comitês deviam ter acesso por
571 senha às demandas, por bacia, para saber o que retiram de água por bacia, não sei se é
572 possível. A questão do projeto pró-comitês, da ANA que está sendo colocado para todos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

573 comitês do Brasil, com verbas definidas por estado, por comitês, então a gente quer
574 alguma definição de como esse recurso vai entrar e como ter acesso a esse recurso
575 dentro do comitê, de que maneira virá, alguma maneira para discutir. Há a questão
576 também de verbas para o orçamento 2017, os planos de bacia para os comitê que não
577 tem plano e os que faltam a fase C para terminar os planos de bacia. Outra demanda de
578 verba para 2017 é para as Agências de Bacia, dentro orçamento de recursos hídricos. E
579 pontos de monitoramento por bacia, que é para a questão de enquadramento, para saber
580 a qualidade da água, que seria então as demandas da CTG. Diretor Fernando Meirelles -
581 Em relação ao SIOUT, tivemos reunião hoje de manhã com a UFLA e a proposta deles é
582 preparar um módulo de relatório com filtro por bacia. Não terão outorga se não tiver
583 cadastrados. Não temos nenhuma outorga dada dentro do SIOUT então temos as
584 dispensas de outorga que estão saindo mais, todos os cadastros solicitados serão
585 filtrados por bacia, mas seria só em setembro, módulo por relatório que se chama. O
586 próximo módulo vai ser de análise do processo de outorga, vai ser dada a outorga,
587 lembrando que a ideia é ouvir o comitê, quando finalizarmos o processo de outorga.
588 Naqueles corpos de água que já tenha uma certeza de stress, demanda muito grande, o
589 comitê vai decidir se vai outorgar ou não. Naquelas que não tenha stress entendemos
590 que se vai outorgando. Santa Maria já tem outorga coletiva, o Sinos a mesma coisa,
591 Gravataí a mesma coisa. Os outros que não tem problema a gente vai outorgando. Em
592 relação aos pontos de monitoramento, a FEPAM assinou o Qualiagua com a ANA, então
593 serão 56 pontos reativados chegando a 216 pontos no Estado, num horizonte de 5 anos.
594 Então teremos todo o estado coberto com monitoramento qualitativo. Em relação ao
595 monitoramento quantitativo, nós já instalamos uma estação em Sinimbu, recuperamos as
596 estações do Guaíba, e instalamos uma estação em Itapiranga/SC, para monitorar o rio
597 Uruguai, por causa do Salto de Yucumã, pois em SC é o melhor ponto em termos de
598 estrutura, à margem direita rio uruguaio pela segurança, local do corpo de bombeiros a
599 quem agradecemos oficialmente pelo apoio, e estamos monitorando o comportamento do
600 rio, preocupados pelo conflito de Yucumã, que em setembro vai ser levado para o
601 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a ideia é em agosto mostrar ao operador
602 nacional do sistema e a ONS nossos dados que de 15 em 15 minutos temos o
603 monitoramento de nível para mostrar o comportamento do rio Uruguai um pouquinho
604 antes do salto Yucumã, do que acontece com a geração, pois os modelos da ONS não se
605 reproduzem ali. Então continuamos com nosso ritmo de instalação das estações. Hoje
606 conseguimos instalar com recursos humanos próprios, as estações. Antes pagamos 12
607 mil reais para cada estação e hoje é só o material. A questão dos planos de bacia, a
608 equipe técnica esta reformatando os termos de referência, porque não eram suficientes
609 para executarmos, e assim que consolidarmos, lançaremos os novos planos. Não
610 identificado: Duas observações, segunda vez que escuto sobre essa questão
611 quali/quantitativo, onde é que se tem acesso, quais os pontos, onde se tem a informação
612 desse convênio (intervenção Fernando: quer o mapa?) o mapa, quais os parâmetros.
613 Acho que é importante, porque ontem na nossa Câmara Técnica Guaíba, porque se não
614 se tem dado, não se sabe para que lado corre, fica ruim; outra questão é a questão do
615 pró-comitê, há uma demanda de maneira coletiva aqui no fórum, que tomamos hoje, que
616 o Estado faça esta adesão ao Pró-Comitê da ANA, que o comitê se dirija ao Estado para
617 que se faça esta adesão, porque é um princípio para que se consiga fazer o processo
618 andar; então fica o start do pedido para que o RS faça a adesão ao programa. Diretor
619 Fernando Meirelles - tenho que perguntar uma coisa para o fórum, porque são 500 mil
620 reais né então não sei se vocês estão imaginando que vão dividir a quantia. Sérgio
621 Cardoso, Presidente do Comitê Gravataí - É que uma coisa é uma coisa, outra coisa é
622 outra coisa, porque não estamos trabalhando com a lógica da partilha, queremos saber
623 se o estado faça adesão, porque daqui a pouco não são todos os comitês que farão
624 adesão, porque o Comitê não é obrigado a fazer, então queremos que o estado faça



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

625 adesão, aí veremos quais os comitês que farão adesão, pois de repente apenas cinco
626 comitês farão adesão, quando tivermos o número de comitês que se manifestou, aí
627 depois a gente vê esta questão financeira. Claudir Presidente do Comitê Passo Fundo -
628 A minha conversa era sobre pró-comitês, então acho que fica contemplada com o que o
629 Sérgio colocou a minha demanda. Tiago Lucas Corrêa - Sec Exec Comitê Tramandai -
630 Uma informação e uma solicitação ao CRH, o Comitê Tramandaí tem conseguido através
631 de duas entidades fazer o monitoramento qualidade da água, mensalmente a quatro
632 anos, através de iniciativa de uma entidade que faço parte, uma ONG e a CECLIMAR, e
633 nestes últimos dois anos, quatro anos de cotas mensais em quatorze pontos definido
634 dentro do comitê, e conseguimos dar sequência e publicar um trabalho técnico
635 juntamente com o mapeamento do uso da terra atualizado, o que temos é o plano da
636 bacia de 2005, e agora a publicação da relação entre como a terra esta sendo utilizada, o
637 saneamento, ocupação urbana e o reflexo dos processos sócioeconômicos na qualidade
638 água, então é um trabalho bastante consistente de 24 meses de coletas mensais,
639 visando subsidiar o enquadramento, com mais de 30 parâmetros que o CONAMA rege
640 para a qualidade da água, e também comparando com o item A, que é outra maneira de
641 abordar a qualidade da água, e esse material foi sendo debatido dentro do comitê e
642 apresentado nestes últimos anos e agora trazendo para entregar pro DRH e CRH e
643 também um ofício do comitê pra que seja utilizado como base técnica, para que a
644 FEPAM e as empresas que venham a fazer modelagem da qualidade da água se utilize
645 deste dados atualizados, e não mais os utilizados desde 2005, com base de dados não
646 tão solidificada como esse aqui. O Balcão da FEPAM litoral norte já tem esse material e
647 queremos que não fique na gaveta, mas que se oficialize, e que subsidie o
648 enquadramento e os pontos que foram debatidos de modo estratégico dentro do comitê
649 junto com a UFRGS, então queremos que siga assim também, para quando tivermos
650 agências, ou recursos do FRH aplicados ao monitoramento, não sei quanto tempo, já
651 teremos esse material aqui para ser utilizado. Presidente Maria Patrícia Mollmann - Este
652 material tem informações de base física, geofísica? Então servirá para a questão do ZEE,
653 de repente eu passo o teu contato pra equipe técnica do ZEE e eles verificam este
654 material, enfim.. Tiago Lucas Corrêa Sec Exec Comitê Tramandai - O mapa de satélite
655 tem 17 classes de uso numa escala de 3.000 km² de uma bacia hidrográfica, então não
656 há aquele detalhe. Inclusive tem nesses quatorze pontos identificamos qual a situação
657 das APPs, o que está em conformidade com a legislação e o que tem usos que não
658 deveria ter. Então está aqui o material, dois para o CRH e depois para o DRH. Marcos
659 Paulo Scherer, Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo Pessoal hoje pela manhã discutimos no
660 Fórum dos Comitês, eles estão querendo que o CRH se manifeste junto ao CONSEMA e
661 FEPAM por ofício ou de que forma, para que os enquadramentos sejam utilizados para
662 licenciamento ambiental tanto no âmbito da FEPAM quanto dos municípios. Porque todos
663 os comitês que tem plano, tem por resolução do CRH e então tem força de norma e tem
664 que ser cumprida e os municípios não estão seguindo isso e nem a própria FEPAM que é
665 um órgão de licenciamento não faz essa observação aos enquadramentos dos planos de
666 bacia. E eu que respondo por uma secretaria municipal, por isso que sei disso, e nenhum
667 município atenta para o enquadramento então os outros comitês da região confirmaram
668 isso, existe plano de bacia, existe enquadramento e ele não é seguido. Então gostaria
669 que, na medida do possível, o CRH solicitasse isso ao CONSEMA para que seja
670 observado e, também, à FEPAM e aos municípios. Presidente Maria Patricia Mollmann -
671 pensei se só uma moção não é suficiente, porque não adianta só sair um documento e
672 sim algo de mais peso assim... Diretor Fernando Meirelles - O enquadramento é um
673 instrumento muito complicado de ser proposto e depois aplicado. O Ilton levanta bem
674 essa questão, entregando um material que tem 24 meses de coletas trimestrais e que
675 vemos que os planos de bacia tem apenas 2 coletas de água em alguns pontos e fazem
676 um enquadramento baseado nisso. Isso tem nos levado a alguns problemas. Temos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

677 processos de licenciamento de ETE que a CORSAN quer implantar e não dá por que tem
678 uma regra em uma resolução que não dá para colocar o esgoto tratado porque a conta
679 feita numa resolução não fecha, então a CORSAN é obrigada a prever adutoras
680 enormes, super extensas para colocar água num corpo hídrico maior, para fechar esta
681 conta. Essa conta não deveria existir então estamos tentando retirar esta conta. A
682 pergunta que se faz é: Primeiro temos os horizontes de atingimento de enquadramento e
683 a segunda é que muitos corpos hídricos não foram enquadrados e sim alguns trechos de
684 alguns rios, então temos que buscar uma melhoria contínua. Vamos respeitar o
685 enquadramento? Perfeito, mas temos que entender que nem toda bacia foi enquadrada
686 naquele estudo, ou se foi enquadrada se o estudo nos dá a garantia daquele
687 enquadramento. A questão das ETE é gritante, estamos impedindo o tratamento de
688 esgoto para não largar o efluente tratado num corpo hídrico que muitas vezes não foi
689 enquadrado, e por precaução caímos na classe dois e não temos os dados do arroio para
690 saber se a conta vai fechar ou não. Entendo que o enquadramento deva ser observado
691 no licenciamento; entendo que os horizontes de enquadramento devam ser muito bem
692 estabelecidos e negociados com o comitê para atingimento e que os enquadramentos
693 deveriam ter uma base técnica muito, mas muito melhor do que tem. Então acho ótimo
694 respeitar o enquadramento, mas temos que sentar aqui nesse Conselho e debater os
695 processos de enquadramento para saber se as decisões que estamos tomando são
696 adequadas, possíveis e se a base técnica é adequada. O caso do Baixo Jacuí, por
697 exemplo, é de classe um na seca, e classe três na cheia. Marcos Paulo Scherer, Turvo-
698 Santa Rosa-Santo Cristo - Acho que vamos sentir essas dificuldades quando tivermos
699 usando esses dados. Porque você Fernando por exemplo, é um técnico da área que
700 conhece isso, mas os licenciadores sequer conhecem o plano e o enquadramento, e não
701 sentem essa dificuldade. E se for o caso, temos que alterar a resolução se ela está
702 prevendo algo que não é aplicável. Diretor Fernando Meirelles - Agora nós vamos fazer
703 um módulo dentro do SIOUT que é o módulo lançamento de efluentes. Seguindo a
704 mesma lógica daqueles parâmetros. Uma coisa que hoje que não é dada, a outorga para
705 lançamento de efluentes não é dada, não tendo muito que discutir enquadramento,
706 porque vai ser dada dentro do SIOUT, a partir de um módulo onde vamos somar todas as
707 carguinhas, calcular a capacidade do rio e dizer sim ou não. E aí quando for pedir a
708 outorga e lançamento de efluentes aí vai dizer qual é a classe, trancando, aí só vai ser
709 destrancado quando for consultar com o Comitê, ou com base numa descrição técnica.
710 Mas só vai chegar nesse ponto quando tiver tudo georeferenciado. Porque se for o caso
711 de alterar vai ter que alterar. O SIOUT respeita o plano ele vai me dar o shape do
712 enquadramento e dizer que é classe dois e dizer que aqui não vai largar, e a bomba vai
713 para o comitê que vai ter que decidir. Marcos Paulo Scherer, Turvo-Santa Rosa-Santo
714 Cristo) Se a gente tem um documento que gastamos para fazer e tem problema mas aí o
715 problema é lá atrás, esse problema tem que ser criticado mas aí os comitês discutiram
716 esses problemas na origem dos planos, mas se entende que não há uma utilização
717 dessa ferramenta porque os comitês não tem que fazer, quem tem que fazer é o
718 conselho. Mas lá no âmbito municipal que licenciamos toda a atividade industrial é
719 analisada o efluente, que tipo de potencial poluidor que ele tem para o licenciamento.
720 Diretor Fernando Meirelles - Mas o enquadramento é feito dentro da outorga do afluente.
721 O caso de Porto Alegre, por exemplo, uma central de efluentes, se a indústria gerou o
722 efluente mas não lançou, então qual é o enquadramento dela? Aí, aquela que lançou vai
723 entrar dentro do SIOUT, vai pedir uma outorga de lançamento de efluente e o SIOUT vai
724 mostrar para todo mundo qual é a realidade do nosso enquadramento, que é uma
725 preocupação, concordo contigo. Eldo Frantz – Comitê Santa Maria Só um comentário,
726 que é função dos comitês, depois do plano de bacias, tratar da implementação deles. A
727 questão é que a cada retirada que se autoriza também se pode estar influenciando no
728 enquadramento, uma vazão a menos que era retirada ou que já estava sendo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

729 regularizada, há uma influência na emissão, (intervenção: o enquadramento é baseado
730 numa vazão específica.) sim, mas baseada no monitoramento. É uma sequência de
731 coisas e alguns desses critérios estamos discutindo que se tenha que seja incluído no
732 SIOUT, é um questionamento de capacitação que vamos ter e que discutimos isto lá na
733 bacia Santa Maria, mas é um assunto pertinente aqui, ajudando nosso vice-presidente
734 como padrão de qualidade. Na CTU foi lembrado um assunto da CT tratando da
735 implementação do plano estadual que já foi encaminhada, como não escolhemos
736 presidente, mas como foi decidido que a SEMA seria a presidência da Câmara Técnica
737 sem decidir a pessoa, e que como pauta da reunião da CTU, o nosso plano no sentido de
738 atualizá-lo para que ele passe por todas as instâncias, independentemente de passar
739 pela ASSLEG, porque toda nossa resolução está invalidada e tem que ser mexida como
740 já faz seis meses que se reuniu pela primeira vez essa Câmara Técnica, a demanda da
741 CTU é para que se discuta para que se trate disso, para que siga neste trabalho para
742 atualização do nosso plano estadual. Maria Patricia Mollmann - Vai ser chamada reunião
743 da Câmara Técnica para acompanhamento do plano. Nos pro-comitê não temos ainda o
744 formato jurídico como vai ser o pacote que vem, não tem nada aprovado, atilhos,
745 relatórios, quando vier finalizado, poderemos iniciar uma discussão do que é o ônus e o
746 bônus desse pró-comitê, ainda não temos o formato jurídico da ANA. Fernando Meirelles
747 - Um aviso: dia 25 implantaremos um radar meteorológico de teste em Morro Reuter que
748 vai pegar a Bacia do Sinos, Gravataí, litoral norte, Tramandaí, boa parte do Guaíba, então
749 vamos começar a testar nosso sistema de monitoramento de clima com informação de
750 radar. E estamos com o portal pronto para lançar, temos que discutir com o gabinete de
751 quando será lançado o portal do sistema de monitoramento de clima do RS, do que
752 vamos ter: boletins diários, semanais e mensais sendo que os mensais e semanais, terão
753 relatório de todas as bacias hidrográficas, e aí vamos começar a fazer a previsão dos
754 níveis dos rios para as próximas semanas a partir do nosso modelo. A defesa civil já está
755 usando nossos dados para as ações de alerta, mas a questão do clima vai ser fornecida,
756 por bacia, para vocês, mas já está pronto e operacional. Leda Famer, Comitê Litoral
757 Médio - Parabenizar o Fernando por ter escolhido o Litoral Médio, embora tenhamos
758 apenas dez anos de existência, e começamos agora a definir questões do SRH e dizer
759 que contamos com tua presença no dia 27 para divulgar o SIOUT, num seminário do
760 sistema e convidar todos, o André já é nosso palestrante para que os comitês se
761 apropriem um pouco do ZEE, falarão conosco e dando notícias sobre o ZEE. O litoral
762 médio já foi organizado em função dos usos conflitantes que estavam sendo previstos
763 dentro do ZEE. A população rural se manifestou veementemente e a SEMA esteve
764 conosco e temos algumas resistências lá, então queria colocar que o litoral médio está à
765 disposição para debatermos esse assunto, e inclusive do ZEE anterior e que o comitê se
766 serve como diretriz técnica para licenciamento ambiental da FEPAM, o qual
767 consideramos que deva ser revisto, aquele plano de ZEE. E para isto temos que trabalhar
768 em conjunto sob pena que esse instrumento não passe na comunidade, principalmente
769 na parte rural. Então já estamos iniciando a discussão e queremos convidar quem queira
770 nos apoiar, para discutir esse instrumento que é o ZEE, obrigada. Simonia Oliveira,
771 Comitê Varzea - Pessoal, também quero aproveitar para fazer um convite, no dia 15 e 16
772 de agosto em Frederico, vamos fazer o primeiro seminário de gestão de recursos
773 hídricos, na bacia do Rio da Várzea, em parceria com a Universidade Federal Santa
774 Maria e com Instituto Federal Farroupilha, então quem quiser conhecer Frederico
775 Westphalen – RS. Nada mais havendo a tratar a presidente encerrou a reunião e eu,
776 Carmem Lucia Silveira da Silva, lavro esta ata.